

O USO DO CONDICIONAL EVIDENCIAL REPORTATIVO NO GÊNERO “DISCURSO POLÍTICO” NO PORTUGUÊS BRASILEIRO¹

THE USE OF THE EVIDENTIAL REPORTATIVE CONDITIONAL IN THE GENDER “POLITICAL SPEECH” IN BRAZILIAN PORTUGUESE

Beatriz de Souza Mella²

Flavia Bezerra de Menezes Hirata-Vale³

Enviado em: 28/02/2021

Aceito em: 06/08/2021

RESUMO: A evidencialidade marcada pelo futuro do pretérito é ainda um tema pouco estudado no português brasileiro (PB), em comparação a outras línguas. Somente Lourenço (2016) se dedicou a descrever esse fenômeno no gênero jornalístico. Relacionando o estudo de gêneros a pressupostos funcionalistas, analisaram-se qualitativamente ocorrências de evidencial condicional reportativo, coletadas em discursos políticos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal disponíveis *online*. Objetivou-se estender a descrição do condicional com valor evidencial no PB ao discurso político, para verificar se e como as estratégias desse tipo de texto favorecem seu uso. Para tanto, partiu-se da classificação das subcategorias evidenciais estabelecidas por Hengeveld e Hattner (2015), e demonstrou-se, com base em Kronning (2012, 2018), que a evidencialidade é marcada gramaticalmente no sistema verbal do PB, por meio do futuro do pretérito, cumprindo o papel de expressar que a fonte da informação veiculada não é o falante, que, por sua vez, reporta um conteúdo proposicional de modo distanciado e não-comprometido.

Palavras-chave: evidencialidade; condicional; funcionalismo; discurso político.

ABSTRACT: Evidentiality marked by the conditional tense is a topic which is still understudied in Brazilian Portuguese (BP), in comparison to other languages. Only Lourenço (2016) described this phenomenon in the journalistic genre. Relating gender studies to functionalist assumptions, this paper aims at analyzing, qualitatively, occurrences of evidential reportative conditional collected in political speeches from the Chamber of Deputies and the Federal Senate available online. The objective was to extend the description of the conditional with evidential value in BP to the political discourse, to verify if and how the strategies of this type of text favor its use. For that, it started with the evidential subcategories classification, as established by Hengeveld and Hattner (2015), and it was demonstrated, based on Kronning (2012, 2018) that evidentiality may be marked grammatically in the BP verbal system, through the conditional tense, fulfilling the role of expressing that the source of the information conveyed is not the speaker, who, in turn, reports a propositional content in a distant and non-committed way.

Keywords: evidentiality; conditional; functionalism; political speech.

Introdução

Na maioria das gramáticas normativas, o condicional, tempo verbal a que prototipicamente se refere como futuro do pretérito, é tradicionalmente apresentado como um tempo que expressa

¹ Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) concedida para a realização desta pesquisa no período de Agosto/2019 a Setembro/2020 – Edital ProPq 001/2019.

² Universidade Federal de São Carlos. Graduanda em Letras (beatrizmella@estudante.ufscar.br).

³ Universidade Federal de São Carlos. Doutora. Professora associada (flaviahiratavale@ufscar.br).

uma ocorrência futura em relação a um evento que se deu no passado. Essa definição não dá conta, no entanto, de todas as nuances de sentido que esse morfema modo-temporal pode expressar. Neste trabalho, considera-se que o futuro do pretérito expressa não apenas tempo, mas também sentidos evidenciais – a fonte da informação veiculada na proposição – e, desse modo, acaba por produzir um efeito de distanciamento do falante com relação ao conteúdo da proposição, reduzindo, assim, a sua responsabilidade, em interface com a modalização epistêmica.

O fenômeno da marcação de valores evidenciais por meio do condicional tem sido estudado em línguas como o italiano (SQUARTINI, 2001), o francês (DENDALE, 2012), o português europeu (OLIVEIRA, 2013), e o espanhol (BÖHM; HENNEMANN, 2014), como se vê nas ocorrências seguintes:

(1) Secondo Paolo adesso **sarebbero** già le 4. (SQUARTINI, 2001, p.307)
Segundo Paulo, já **seriam** 4 horas agora⁴.

(2) La police bestroise a demandé télégraphiquement à la Sûreté de Paris des renseignements détaillés sur Raynaud, qui **ferait** partie d'une bande et **aurait** des complices anarchistes. (DENDALE, 2001, p. 13)

A polícia de Brest solicitou telegraficamente à Polícia de Paris informações detalhadas a respeito de Raynaud, que faria parte de um bando e teria cúmplices anarquistas.

(3) Segundo o jornal The New York Times, o pai de Tarmelan [sic] disse que o filho **teria viajado** para renovar o passaporte. (Público, 21/04/2013, URL: <<http://www.publico.pt/n1592032>>) (OLIVEIRA, 2013, p. 96)

(4) [...] el portavoz del Govern ya fue muy explícito ayer, cuando precisó que el conocimiento del catalán **sería** 'muy determinante' para poder certificar el nivel de integración de los inmigrantes que residen en Cataluña [...]. (El Mundo, 17/03/2011) (BÖHM; HENNEMANN, 2014, p. 187)

O porta voz do Governo foi muito explícito ontem, quando afirmou que o conhecimento do catalão seria 'muito determinante' para poder certificar o nível de integração dos imigrantes que residem na Catalunha.

No português brasileiro (PB), no entanto, os estudos a respeito deste fenômeno são ainda poucos: Lourenço (2016) dedicou-se a descrever as ocorrências dessa forma de expressão da evidencialidade em textos do gênero jornalístico, sem, no entanto, comprovar que de fato se pode postular a existência de uma marcação estritamente gramatical, por meio de um morfema verbal, para esse valor semântico.

(5) Na ocasião, segundo a Folha apurou, Kassab **teria autorizado** o petista a escolher o nome que quisesse dentro da legenda (...)" (FSP, Notícia, 09/01/2012). (LOURENÇO, 2016, p. 20)

Em Mella (2020), a descrição desse uso no PB foi estendida a um outro gênero, o discurso político, e foi possível demonstrar a hipótese de que a evidencialidade pode ser considerada uma marca gramatical interna ao sistema verbal do PB, por meio do morfema do condicional, a partir dos requisitos estabelecidos por Kronning (2012, 2018). Tomou-se como base a classificação de categorias evidenciais estabelecida por Hengeveld e Hattner (2015), que, partindo da perspectiva teórica da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) e de sua organização em níveis e camadas, consideram que existem três subtipos evidenciais nas camadas semânticas do nível representacional (percepção de evento, dedução e inferência), além de outro subtipo na camada do conteúdo comunicado, no nível interpessoal, o reportativo.

⁴ Todas as traduções são de responsabilidade das autoras.

Neste artigo, apresenta-se parte desse trabalho, e descrevem-se apenas os usos do evidencial condicional com valor reportativo. Para cumprir com seu objetivo, este artigo está organizado da seguinte forma: apresentam-se, primeiramente, as bases teóricas utilizadas, bem como os conceitos necessários para o seu entendimento. Em seguida, descrevem-se, brevemente, os procedimentos metodológicos e, então, parte-se para a análise dos dados em direção aos objetivos em questão. Por fim, chega-se às considerações finais que trazem as conclusões a que se chegou com a análise.

1 Fundamentação teórica

Nesta seção, apresentam-se os pressupostos norteadores deste trabalho, estabelecendo-se a relação entre a teoria funcionalista e os estudos de gêneros textuais, mais especificamente do discurso político. Na sequência, se passa à discussão da categoria da evidencialidade e suas interfaces, com o condicional e com a modalização.

1.1 A teoria funcionalista e o discurso político

O sistema linguístico nasceu da necessidade dos ciclos sociais de interagirem e se comunicarem, funções primordiais da língua. Conforme considera Dik (1980), as línguas naturais são um instrumento de interação social, uma vez que elas são um meio de estabelecer comunicação entre indivíduos.

De acordo com essa concepção teórica, a forma é motivada pela função, ou seja, a estrutura gramatical é determinada a partir de fatores extragramaticais (externos à língua, que dependem do contexto de comunicação). Assim, os níveis sintático e semântico refletem-se no nível pragmático, tornando-os íntegros um ao outro e fazendo com que a descrição linguística não se limite à sentença como fosse um fim em si mesma. Dessa forma, afirmar que, aqui, a análise se deu baseada em pressupostos funcionalistas significa dizer que ela se estende aos aspectos semânticos e pragmáticos em cada caso e realiza a descrição da língua considerando seu uso real, de acordo com o contexto de comunicação e interação social.

Atualmente, existem diversos modelos de análise dentro dessa perspectiva e dentre eles está a chamada Gramática Discursivo Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008) - uma expansão da Gramática Funcional (GF) de Dik (1989). A GDF é um modelo que se orienta pelo discurso e seu modo de análise busca refletir a produção linguística, que se inicia com as intenções comunicativas e tem seu fim na expressão linguística, isto é, da intenção à articulação.

Tais pressupostos se aproximam da análise empreendida neste trabalho, na medida em que seu objeto de estudo é um gênero textual, como aponta Marcuschi (2008, p. 151), “uma fértil área interdisciplinar, com atenção especial para a linguagem em funcionamento, e para as atividades culturais e sociais”.

Para Marcuschi (2008), os gêneros são ações de ordem comunicativa, historicamente vinculados à vida cultural e social (uma vez que surgem das necessidades socioculturais), que usam de estratégias convencionais para atingir objetivos específicos em determinadas situações sociais. Assim, são estabelecidas estratégias – com maior ou menor grau de flexibilidade – para transmitir as intenções desejadas, que se direcionam a cumprir com essa função. Portanto, é a partir dessas estratégias que são feitas as escolhas dos mecanismos linguísticos mais adequados para atingir os objetivos de cada gênero.

No que diz respeito ao discurso político, o “ator político”, como se refere Charaudeau (2004, p.261), precisa construir seu discurso tendo em mente que ele se direcionará a um coletivo, isto é, a um grupo de indivíduos heterogêneos não só em pontos de vista e experiências de vida individual e social, mas também em nível de instrução e de condições de acesso à informação. Esse público pode ser formado somente por cidadãos eleitores, por membros ocupantes de cargos políticos ou, ainda, por ambos os grupos. Assim, é preciso que no discurso político se arquitete um jogo de

máscaras, isto é, se utilizem estratégias para atingir o maior índice de aprovação possível.

Isso faz com que a necessidade primordial desse gênero seja a persuasão e, para assegurar que ela seja alcançada, visando ao entendimento do público, bem como a sua aprovação, é necessário que ele contenha, além de objetivos claros, uma estrutura lógica e organizada. Para isso, o sistema linguístico dispõe de mecanismos para se chegar aos objetivos comunicativos desejados, como pontua Dik (1989), de modo a promover uma modificação na informação pragmática do interlocutor.

Essas estratégias contribuem para a construção da imagem do falante, o seu *ethos*⁵, porque manifestam, de modo sempre gradual, sua credibilidade ou sua confiabilidade. Para Maingueneau (2005, p.70), o *ethos* do orador é construído no âmbito da atividade discursiva, por meio das escolhas linguísticas feitas por ele, não estando, portanto, ligado àquilo que é externo ao discurso. Citando Barthes (1966, p.212), ele define:

São os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: são os ares que assume ao se apresentar (...). O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: eu sou isso e não aquilo.

Na medida em que o discurso político tem na persuasão a sua principal função, essa necessidade de criar efeitos de realidade é decorrente. De acordo com Charaudeau (2004, p.265), “é mais uma questão de veracidade que de verdade; trata-se de dizer não o que é verdadeiro, mas o que eu creio ser verdadeiro e que o outro deve acreditar ser verdadeiro”.

Em vista do exposto, considera-se que no discurso político o falante (ou o ator político) faz uso do condicional evidencial com valor reportativo como uma forma de distanciamento, na medida em que “não está expressando seu próprio material cognitivo, mas está passando adiante a opinião de outros” (HATTNER, 2018). Desse modo, é possível dizer que o falante demonstra uma postura epistêmica de (in)certeza, abrindo, assim, possibilidade para uma (in)verdade. A esse tema se dedica a próxima seção.

1.2 A evidencialidade

O termo “evidencial” foi proposto por Jakobson, no ano de 1957, para fazer referência a uma categoria verbal que tem como função indicar a fonte da informação. Entretanto, somente a partir da década de 1980 é que esse fenômeno se tornou um alvo dos estudos linguísticos. Especialmente a partir da publicação de Aikhenvald (2004), o conceito de evidencialidade passou a ser estudado por diversos autores, e, por conseguinte, recebeu diversas definições, que vão além da especificação da fonte da informação.

Nesse sentido, para Kronning (2012, 2018), a evidencialidade ou mediação epistêmica é uma categoria semântica que expressa um *modo* de acesso ao conhecimento, como a percepção, a inferência, o empréstimo de informação de outros, ou uma mediação indireta inespecífica. Segundo o autor, esse tipo de categoria evidencial, assim como as categorias modais, implica graus diferentes de dissociação do falante em relação ao fato que está sendo apresentado.

Para Squartini (2008), no entanto, é preferível distinguir o modo de conhecer, que se relaciona com a evidência sensorial, inferida ou relatada, da fonte da informação que, para ele, tem relação com o falante/orador, ou com a apresentação de outros tipos de evidência.

Além da distinção ‘modo de conhecer’ e ‘fonte da informação’, a definição categoria da evidencialidade por vezes faz interface com a da modalização, o que pode acarretar superposições de sentido. Tanto é assim que, para Hoff (1986), as marcas evidenciais contribuem para garantir a

⁵ As definições de *ethos* nos diferentes autores e teorias extrapolam os limites deste artigo, como bem apontado por um dos revisores. No entanto, acredita-se ser importante mencioná-la, na medida em que se trata de uma caracterização do orador – o político – e seu uso do discurso e das estratégias linguísticas a seu alcance como usuário de uma língua natural.

confiabilidade do enunciado em questão, o que leva Dendale e Tasmowski (1994) a concluir que, quando o falante expressa a fonte da informação e/ou o modo pelo qual obteve a mesma, ele está atribuindo ao seu interlocutor a avaliação da confiabilidade do conteúdo transmitido, fazendo com que a sua própria responsabilidade com relação ao enunciado diminua.

Em comum nas definições apresentadas encontra-se a consideração de que a fonte da informação do enunciado pode ser obtida pelo falante por diferentes meios. Segundo Cornillie (2009, p.45):

Nas classificações tradicionais, a evidencialidade é dividida em evidencialidade direta e indireta. As evidências diretas são usadas quando o falante testemunhou a ação, enquanto as evidências indiretas são usadas quando o falante não testemunhou a ação pessoalmente, mas deduziu ou ouviu sobre ela de outros.⁶

É nesse contexto que surge a proposta de Hengeveld e Hattnher (2015), a partir de uma revisão da tipologia de Hattnher (2001)⁷. Como já mencionado, os autores adotam o modelo de organização em camadas da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), e propõem uma tipologia evidencial, segundo a qual as subcategorias não se constituem a partir do modo de acesso à informação - direto ou indireto -, mas sim, segundo as camadas e níveis em que se realizam, tal como se vê no quadro seguinte:

NÍVEL	REPRESENTACIONAL			INTERPESSOAL
CAMADA	e	ep	p	C
SUBTIPO EVIDENCIAL	percepção de evento	dedução	inferência	reportatividade

Quadro 1: Distribuição dos subtipos evidenciais segundo a arquitetura da GDF (adaptado de HENGEVELD; HATTNHER, 2015) (HATTNHER, 2018)

Segundo Hattnher (2018),

Como apontado por Hengeveld e Hattnher (2015), a colocação da *reportatividade* na camada do Conteúdo Comunicado é coerente com o fato de ele ser usado para qualquer conteúdo transmitido em um ato de fala. A colocação da *inferência* na camada do Conteúdo Proposicional é coerente com o seu estatuto mental. Uma vez que a *dedução* está ligada à percepção de uma evidência no momento da fala, a colocação desse subtipo na camada do Episódio é coerente com o fato de o Episódio ser localizado em tempo absoluto. Uma vez que na *percepção de evento* a observação está ligada à ocorrência de um Estado-de-Coisas, a colocação desse subtipo é coerente com o fato de um Estado-de-Coisas ser localizado em tempo relativo. (HATTNHER, 2018, p. 102)

Na tipologia de Hengeveld e Hattnher (2015), inclui-se a subcategoria evidencial de dedução, uma vez que as demais (percepção de evento, inferência e reportatividade) já eram identificadas em Hengeveld e Mackenzie (2008). As quatro distinções evidenciais são assim definidas por Hengeveld e Hattnher (2015):

⁶ Cf. o original: "In traditional classifications, evidentiality is divided into direct and indirect evidentiality. Direct evidentials are used when the speaker has witnessed the action while indirect evidentials are used when the speaker has not witnessed the action personally but has either deduced the action or has heard about it from others." (CORNILLIE, 2009, p.45)

⁷ Essa tipologia é dividida em evidencialidade direta e indireta, sendo a primeira apenas do tipo "atestada" e a segunda ramificada em "relatada" (definida, indefinida ou de domínio-comum) e "inferida".

- **Percepção de evento:** sugere se a informação foi testemunhada pelo próprio falante (portanto, ele é a própria fonte) por meios sensoriais.

(6) Finalizando, Sra. Presidente, hoje eu vi dois chamamentos à população. Um deles foi para um painel contra o Governo. Em seguida, o Presidente da República fez um chamamento para um painel a favor do Governo. (JH, CD)

- **Dedução:** o falante não testemunha a ocorrência, ele deduz a informação a partir de uma outra evidência, ou seja, por um evento, percebe outro.

(7) O senhor aponta também vários elementos para justificar esses novos bloqueios no orçamento do Ministério da Educação. O senhor também argumenta que o volume gasto em educação é compatível com a realidade de outros países. Deduzo que a sua prioridade seja, então, melhorar a gestão. (HC, CD)

- **Inferência:** a informação é inferida pelo próprio falante, baseada em seu conhecimento de mundo prévio, a partir de um processo mental e, assim, ele é a fonte.

(8) Presidente, só por essas razões práticas, de números estatísticos, já com a implementação da legislação, eu acho que qualquer Senador já se sentiria confortável de o Estado estar colocando instrumentos automatizados, eletrônicos, de fácil acesso para o combate às fraudes e para a melhor gestão do INSS. (FB, SF)

- **Reportatividade:** o falante transmite uma informação expressa por terceiros e não do seu próprio conhecimento. Por isso, outra pessoa é a fonte da informação.

(9) Segundo o relatório da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN, hoje o déficit previdenciário dos Estados chega a 77,8 bilhões de reais. (FL, CD)

Como se pode perceber, muitas são as possibilidades de se tratar do fenômeno da evidencialidade. Conforme se mencionou anteriormente, neste trabalho assume-se a perspectiva de classificação de Hengeveld e Hattner (2015), na medida em que se considera que a distinção em camadas e níveis é essencial para a caracterização do condicional evidencial reportativo, por conta do fato de que se tem nesses casos, a superposição de valores semânticos de evidencialidade, modalização e temporalidade. Nesse sentido, invoca-se Cornillie (2009), para quem a “evidencialidade refere-se aos processos de raciocínio que levam a uma proposição e a modalidade epistêmica avalia a probabilidade de que essa proposição seja verdadeira.” (CORNILLIE, 2009, p. 46-47)⁸. É disso que trata a próxima seção.

1.3 O condicional evidencial

O “condicional”, no português brasileiro, refere-se ao futuro do pretérito, um tempo verbal do modo indicativo que, pode-se dizer, configura um uso raro (PERINI, 2010), pois suas demandas contextuais são restritas e, dessa forma, não tão comuns no cotidiano dos falantes.

Tem-se como definição prototípica, na maioria das gramáticas normativas tradicionais, a exemplo de Bechara (2015) e Faraco e Moura (2000), que o futuro do pretérito tem como função marcar um futuro no passado, isto é, expressar um evento de ocorrência futura em relação a um momento situado no passado. Esse é o valor temporal dessa forma verbal. Entretanto, essa definição que se limita ao seu valor temporal não abrange todos os possíveis usos dessa forma verbal no

⁸ Cf. o original: “Evidentiality refers to the reasoning processes that lead to a proposition and epistemic modality evaluates the likelihood that this proposition is true”. (CORNILLIE, 2009, p.46-47)

PB, uma vez que ela, por si mesma, pode mobilizar sentidos modais, como hipótese, incerteza, dúvida, entre outros, já que se estabelece no campo do imaginário. É, portanto, devido ao oscilar entre tempo e modalidade que, ao tempo verbal futuro do pretérito, também se aplica a denominação “condicional”, em consonância com Dendale (2012), Squartini (2001), Oliveira (2001, 2013), entre outros.

Um dos valores também expressos pelo condicional é o da evidencialidade. No francês, Dendale (1993, 2010, 2012); no português europeu, Oliveira (2001, 2013); e nas línguas românicas em geral, Squartini (2001) e Kronning (2012, 2018) dedicaram-se ao estudo desse fenômeno. No PB, entretanto, somente Lourenço (2016), em textos do gênero jornalístico, realizou a descrição dessa forma de expressão da evidencialidade.

Segundo Lourenço (2016), o condicional de valor evidencial configura-se na ocorrência do futuro do pretérito, indicando que o falante teve acesso à informação que está transmitindo por meios indiretos. Isso significaria dizer que ele obteve essa informação por ‘empréstimo’ de uma fonte externa, caso a que chamou de reportatividade. A autora ainda considera que a informação veiculada pelo falante pode também ser resultado de uma inferência pessoal, e, nesse caso, a informação vem do próprio falante, por meio do seu raciocínio e a partir de seus conhecimentos prévios já existentes.

Lourenço (2016) segue a proposta de Dendale (2010, 2012), que denomina esse uso como de “condicional jornalístico” ou de “informação segunda”. O autor apresenta a seguinte classificação dos usos do condicional no francês:

- Grupos de empregos com valor temporal: o condicional com valor de tempo futuro em relação a um momento situado no passado.

(10) Les Argentins pensaient que les Anglais se **contenteraient** de faire un peu de bruit pour la forme. (DENDALE, 2010, p.292)

Os argentinos pensavam que os ingleses se **contentariam** em fazer um pouco de barulho pela forma.

- Grupos de empregos com valor modal (ou dos condicionais de eventualidade): apresentam uma possibilidade/condição de ocorrência de um estado-de-coisas (real ou imaginário) em um mundo possível.

(11) S'il **n'aurait** rien dit, on **n'aurait** pas su qu'il était malade. (DENDALE, 2010, p.293)

Se ele não **tivesse** dito, nós não **saberíamos** que ele estava doente.

- Grupos de empregos de valor evidencial (ou mediativo): a forma verbal indica que o falante não testemunhou ou validou a informação contida no enunciado. Este grupo subdivide-se nos chamados “condicional de retomada de informação” e “condicional de conjectura (ou inferencial)”, exemplificados, respectivamente, em (12) e (13):

(12) Les américains **auraient** capturé ce matin Bin Laden á lafronteire afeghane. (DENDALE, 2010, p.293)

Os americanos **teriam capturado** Bin Laden essa manhã na fronteira afegã.

(13) Bin Laden reste introuvable. **Aurait-il** été tué dans une des dernières compagnes militaires? (DENDALE, 2010, p.293)

Bin Laden continua desaparecido. **Teria** ele sido morto em uma das últimas campanhas militares?

O “condicional de retomada de informação” pode ser considerado como uma manifestação da evidencialidade reportativa, em que outra pessoa é a fonte da informação, portanto, ela não é

do conhecimento próprio do falante, ele apenas a retoma e a transmite. É, então, esse subgrupo que interessa a este artigo.

Nesse sentido, considera-se que o condicional, quando usado para marcar a evidencialidade reportativa, tem como função primordial transmitir uma informação que não advém do próprio falante, ou seja, a informação transmitida pelo falante não foi testemunhada ou validada por ele, como se vê nos exemplos seguintes:

(14) Sr. Presidente, a Emenda nº 3, sob o argumento utilizado pelo Relator, inclusive quando questionado em Plenário pelo Senador Randolfe, de que a competência estaria equivocada, não cabendo à Comissão apreciar matéria, e apenas opinar, formatou ali, segundo os juristas, mais uma vez, uma gambiarra jurídica para evitar o reexame da Câmara do texto assim encaminhado. (PP, SF)

(15) Moradores e frequentadores do baile relataram que os jovens teriam sido cercados e encurralados num beco. (PP, SF)

Parece claro que nas ocorrências, o falante, ao usar o condicional, além de reportar um conteúdo de um terceiro, distancia-se dele, de certa forma descomprometendo-se com a sua verdade. É nesse sentido que evidencialidade e modalização epistêmica se interrelacionam nos casos de condicionais evidenciais. Segundo Cornillie (2009), essa imprecisão decorre da tênue distinção entre o grau de comprometimento do falante e a confiabilidade da fonte do conhecimento da informação, relacionados à modalização e à evidencialidade, respectivamente⁹.

Kronning (2012, 2018), por sua vez, considera que esse tipo de condicional, a que o autor chama de condicional reportativo (CR), pode de fato ser considerado um marcador gramatical, em línguas românicas como o francês, o espanhol e o italiano. Segundo o autor, nesses casos (1) o condicional como marcador evidencial constitui um paradigma de sufixos flexionais, isto é, de expressões puramente gramaticalizadas - ao contrário das línguas germânicas que são marcadas, em geral, por auxiliares ou expressões lexicais (menos gramaticalizadas); (2) ele se opõe sistematicamente às formas evidencialmente neutras do indicativo; e (3) deixa inespecífico o falante original da informação transmitida.

Desse modo, neste artigo estende-se a descrição do uso do condicional com valor evidencial no PB para além do domínio jornalístico (LOURENÇO, 2016), levando em consideração os objetivos e as estratégias do discurso político que levam o falante a empregar esse uso e demonstrar, baseado nos requisitos estabelecidos por Kronning (2012, 2018), a possibilidade de confirmação da hipótese de que, por meio do morfema do condicional, a evidencialidade pode ser considerada como uma marca gramatical interna ao sistema verbal do PB.

2 Metodologia

Esta pesquisa, de caráter qualitativo, desenvolveu-se a partir de um *corpus* composto por 170 discursos da Câmara dos Deputados (113.086 palavras) e 80 do Senado Federal (112.259 palavras), compreendidos no intervalo de 2015 a 2019, ambos disponíveis *online* (<https://www.camara.leg.br/> e <https://www12.senado.leg.br/hpsenado>, respectivamente), totalizando 250 discursos e 225.345 palavras.

O primeiro passo se deu pela coleta dos textos, em sua integridade, nos referidos *sites*, sem quaisquer critérios de preferência de caráter partidário ou ideológico, a fim de obter uma coletânea. Após atingir uma quantidade de palavras suficiente para a análise, com o auxílio do processador de documentos *Adobe Reader XI*, foi iniciada a busca pelas ocorrências do condicional a partir das

⁹ Neste artigo, por uma questão de escopo, não será possível aprofundar essa reflexão, que se entende de extrema importância. Referimos aos trabalhos de Casseb-Galvão (2001), Cornillie (2009), Hattner (2017), entre outros.

terminações desse tempo verbal, isto é, de seus sufixos flexionais, em todas as suas flexões de pessoa e número. Nenhuma ocorrência foi encontrada para a segunda pessoa do singular, *tu*, e para a segunda pessoa do plural, *vós*.

A partir da coleta dessas ocorrências, se deu a primeira seleção: foi feita a leitura dos textos que apresentavam verbos no condicional, a fim de verificar quais deles poderiam ter uma interpretação evidencial, de acordo com a classificação de Dendale (2010). Distinguiram-se, portanto, as ocorrências de valor evidencial (ou mediativo) daquelas que apresentaram uma interpretação estritamente modal (ou dos condicionais de eventualidade), bem como temporal, as quais foram suprimidas da análise deste trabalho.

Em seguida, as ocorrências selecionadas foram novamente classificadas seguindo a proposta de Hengeveld e Hattner (2015). Neste trabalho apresentam-se apenas os dados relativos ao uso do condicional evidencial reportativo. Aplicada a segunda classificação, o próximo passo foi a realização de testes linguísticos de substituição, a fim de verificar se outros tempos verbais são capazes de veicular o sentido evidencial, assim como ocorre com o condicional. A partir disso, foram analisados os aspectos semânticos e pragmáticos em cada caso, a fim de verificar a hipótese de que o condicional de valor evidencial, ao marcar que a fonte da informação não é o próprio falante, pode expressar uma ideia de distanciamento, de descomprometimento e de redução da confiabilidade da informação enunciada. Na próxima seção, apresenta-se a análise das ocorrências.

3 Análise dos dados: o Condicional Evidencial Reportativo

Esta subseção dedica-se à descrição das ocorrências evidenciais encontradas no *corpus* que expressaram conteúdo reportativo, isto é, aquelas que, segundo Hengeveld e Hattner (2015), transmitem uma informação expressa por terceiros, não sendo, assim, o falante a fonte da informação, como se observa no próximo exemplo (16):

(16) Segundo dados do Ministério da Cidadania, esses saldos remanescentes nos Fundos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais, apurados até dezembro de 2019, **totalizariam** o montante de R\$ 1,5 bilhão (um bilhão e meio de reais), recursos importantíssimos para fortalecer a rede socioassistencial, ainda mais neste difícil momento por que atravessa o Brasil. (SA, CD)

Como se vê em (16), o falante usa o condicional como um modo de marcar que informação [o montante de R\$1,5 bilhão] foi repassada por uma fonte externa, que nesse caso, seriam [os dados do Ministério da Cidadania]. Pode-se dizer que o objetivo do falante, ao adotar esse tipo de expediente linguístico é o de estabelecer certo distanciamento com relação ao que foi dito, reduzindo, assim, sua responsabilidade, uma vez que torna impossível atribuir ao falante a confirmação do conteúdo. Em outras palavras, pode-se dizer que o falante não quer se comprometer com a informação de que os saldos remanescentes são de um montante específico, e por isso usa o futuro do pretérito, para marcar que a informação vem de terceiros.

Para comprovar o papel do futuro do pretérito, procedeu-se à alteração do tempo verbal usado na ocorrência (16), para os pretéritos perfeito (16a) e mais que perfeito (16b):

(16a) ‘Segundo dados do Ministério da Cidadania, esses saldos remanescentes nos Fundos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais, apurados até dezembro de 2019, **totalizaram** o montante de R\$ 1,5 bilhão (um bilhão e meio de reais), (...)’

(16b) ‘Segundo dados do Ministério da Cidadania, esses saldos remanescentes nos Fundos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais, apurados até dezembro de 2019, **tinham totalizado** o montante de R\$ 1,5 bilhão (um bilhão e meio de reais), (...)’

Percebe-se que, quando se altera o tempo verbal nessa ocorrência, como em (16a), o pretérito perfeito do indicativo indica ações que ocorreram no passado e já se deram por concluídas, o que transmite maior confiabilidade com relação ao fato relatado e, conseqüentemente, a sua confirmação, demonstrando uma ausência de preocupação por parte do falante em se distanciar do que foi dito. Da mesma maneira ocorre em (16b), a partir da substituição do condicional pela forma composta do pretérito mais que perfeito, que também assume um caráter temporal de um evento que se deu no passado. É interessante observar que, nos dois casos, o uso do marcador lexical de reportatividade “segundo x” ainda indica que a informação não advém do falante, mas claramente o uso do pretérito perfeito e do mais que perfeito acabam por atribuir ao falante alguma responsabilização pelo conteúdo enunciado e, portanto, o colocam como fonte da informação veiculada.

Também foi feita a substituição do condicional pelo futuro do presente em suas formas perifrástica (16c) e sintética (16d):

(16c) ‘Segundo dados do Ministério da Cidadania, esses saldos remanescentes nos Fundos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais, apurados até dezembro de 2019, **vai totalizar** o montante de R\$ 1,5 bilhão (um bilhão e meio de reais), (...)’

(16d) ‘Segundo dados do Ministério da Cidadania, esses saldos remanescentes nos Fundos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais, apurados até dezembro de 2019, **totalizará** o montante de R\$ 1,5 bilhão (um bilhão e meio de reais), (...)’

O futuro do presente é um tempo que também encerra um valor modal, de dúvida e incerteza, afinal o falante não pode garantir que de fato o montante será exatamente de 1,5 bilhão. Nesse caso, acredita-se que o efeito de sentido de descomprometimento e de distanciamento do falante com relação ao fato relatado decorrente do fato de ele não ser a fonte da informação de certa forma ainda se mantém, em (16c) e (16d). Trata-se, assim, de uma avaliação escalar, em que se pode perceber graus de distanciamento diferentes, que, aliados à definição ou não da fonte de informação, mostram as nuances de significados dos morfemas modo-temporais, que, como se afirmou anteriormente, vão muito além da mera expressão da categoria de tempo.

No exemplo (17), em que a fonte da informação não está tão explicitada - pode ser o governo ou o relatório - parece ser apenas o uso do futuro do pretérito que garante o sentido de reportatividade, de que se trata de uma informação que não parte diretamente do falante. Nesse caso, o falante cria uma situação singular, porque tem-se a impressão de que nenhuma das entidades mencionadas tem responsabilidade pela informação relativa à contribuição para a previdência:

(17) Um dos argumentos utilizados pelo Governo para combater esse relatório foi a alegação de que os beneficiários do BPC não **teriam contribuído** para a Previdência. (CC, CD)

Ao se proceder à alteração dos tempos verbais, conforme os testes de avaliação realizados, percebe-se que tem uma afirmação, em (17a) e (17b) de que os beneficiários de fato não contribuíram com a previdência social, e essa afirmação em parte se deve ao próprio falante, que assume a sua veracidade.

(17a) ‘Um dos argumentos utilizados pelo Governo para combater esse relatório foi a alegação de que os beneficiários do BPC não **contribuíram** para a Previdência.’

(17b) ‘Um dos argumentos utilizados pelo Governo para combater esse relatório foi a alegação de que os beneficiários do BPC não **tinham contribuído** para a Previdência.’ (14c) ‘Um dos argumentos utilizados pelo Governo para combater esse relatório foi a alegação de que os beneficiários do BPC não **contribuirão** para a Previdência.’

Já em (17c), em que se testa o tempo futuro, nota-se a mesma situação mencionada acima, a de uma certa ambiguidade em relação à fonte da informação e a sua possível responsabilização em termos da verdade do enunciado:

(17c) ‘Um dos argumentos utilizados pelo Governo para combater esse relatório foi a alegação de que os beneficiários do BPC não **vão contribuir** para a Previdência.’

Por fim, apresenta-se a ocorrência (18), em que não há nenhuma fonte de informação explicitada lexicalmente, sendo o uso do condicional o único recurso à disposição do falante para marcar que a informação é reportada, não sendo ele próprio sua origem:

(18) Eu quero cumprimentá-lo pela sua manifestação muito oportuna e dizer que, no exercício do mandato, nós todos devemos levar em conta essa advertência, à qual eu adiciono uma que V. Exa. já conhece, que não é nova, que é aquela do Kiril, que seria uma antevisão do Karol Wojtyła, dizendo que poucos homens alcançam a sabedoria de poder avaliar a consequência de cada ato que praticam. (EF, SF)

Nesse caso, percebe-se que qualquer alteração do tempo verbal¹⁰ da ocorrência significa que o falante é a fonte da informação:

(18a) essa advertência, que não é nova, que é aquela do Kiril, que foi uma antevisão do Karol Wojtyła.

(18b) essa advertência, que não é nova, que é aquela do Kiril, que fora uma antevisão do Karol Wojtyła.

Em todas essas ocorrências, é possível dizer que, caso os falantes fossem questionados a respeito da veracidade, da credibilidade das informações veiculadas, todos poderiam justificar que suas afirmações nunca foram categóricas, pelo contrário, sempre remetiam a outra fonte de informação e sempre poderiam ser caracterizadas como hipotéticas em certo sentido.

A análise das ocorrências permite corroborar, com os dados do português brasileiro, a proposta de Kronning (2012, 2018) anteriormente mencionada. Desse modo, acredita-se que o Condicional Reportativo (CR) pode de fato ser considerado como um marcador gramatical. Como mostrado, o futuro do pretérito pode ser entendido como um sufixo que além de tempo, expressa também reportatividade, fazendo parte de um paradigma flexional. Em contraste com as outras formas do indicativo, no passado e no futuro, o CR expressa uma determinada postura epistêmica do falante, que se relaciona com suas (in)certezas e avaliações de (in)verdade da proposição, sempre de um modo escalar. A esse respeito, ressalte-se que Kronning (2012, 2018) considera o CR como uma forma de “mediação epistêmica”, que nunca pode ser observada em termos polares.

Por fim, em relação ao último critério proposto por Kronning (2012, 2018) de que nas construções com o condicional reportativo o falante **original** da informação transmitida é inespecífico, nota-se que mesmo nos casos em que se menciona uma terceira pessoa, não se pode afirmar categoricamente que o enunciado provenha diretamente dela. Mais uma vez se invoca a noção de mediação, que é característica desse tipo de construção: o falante é um mediador da informação, e como se trata de uma informação repassada de terceiros, até que ela tenha sido expressa pode ter sofrido inúmeras alterações com relação à proposição original.

Considerações Finais

O discurso político, conforme se discutiu, é um gênero argumentativo que tem como pri-

¹⁰ Nesse caso, o uso do futuro do presente leva a uma ocorrência agramatical, por isso essa substituição não foi realizada.

mordial necessidade a persuasão, uma vez que precisa conquistar a aprovação e o convencimento do público de maneira abrangente, dados os inúmeros pontos de vista e interesses que o rodeiam. Com isso, o falante precisa fazer um uso minucioso de estratégias que o levem a alcançar esse objetivo: o distanciamento do que foi enunciado é uma delas, porque reflete o seu (des)comprometimento. Logo, foi possível observar, a partir dos testes de substituição, que o uso do condicional evidencial reportativo cumpre com essa intenção.

Considera-se, ainda, que por meio do uso do condicional reportativo não é possível saber se a informação foi transmitida de maneira completamente fiel ao fato relatado. Mesmo que isso fosse possível, um fato relatado nunca será expresso exatamente da forma que se deu o evento original e uma informação repassada nunca será idêntica à proferida anteriormente.

Isso se deve, em grande parte, ao caráter sempre subjetivo da linguagem, ainda que se persiga, em alguns gêneros discursivos, a objetividade, como mostrou Lourenço (2016) acerca do gênero jornalístico. Os valores semântico-pragmáticos se alteram a cada palavra escolhida para a composição do enunciado e a escolha da maneira de dizer se dá de forma individualizada, isto é, determinada pelo falante de acordo com as vivências e a ideologia de cada um. Citando Benveniste (1991, p.288), “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser”. Logo, cada vez que uma informação é relatada ela é modificada, em diferentes graus, com diferentes intenções e com efeitos discursivos específicos.

Por fim, assume-se, com Kronning (2018, p. 75) que, embora a evidencialidade não seja uma categoria de uso obrigatório no PB, assim como também não é no francês, “não há razão para reduzir o CR (condicional reportativo) a uma simples ‘interpretação contextual’ ou a uma ‘inferência pragmática’ (Anderson, 1986, *apud* Kronning, 2018) ou a uma ‘estratégia evidencial’ (Aikhenvald, 2004, *apud* Kronning, 2018)”¹¹. Há, sim, razões suficientes para tratar o condicional reportativo como um marcador gramatical, o que pode justificar o estudo de outros gêneros textuais, e até mesmo estudos de caráter diacrônico.

Referências

- AIKHENVALD, A.I.Y. **Evidentiality**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BARTHES, R. L’ancienne rhétorique. In: **Communications**, Paris: Seuil, 1966, p. 202-215.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 38.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira / Editora Lucerna, 2015.
- BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de Linguística Geral I**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.
- BÖHM, V., HENNEMANN, A. A. The Evidential Use of the Spanish Imperfect and the Conditional in Journalistic Contexts. **Studia Neophilologica**, 86:2, p. 183-200, 2014. CASSEB-GALVÃO. **Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão ‘diz que’**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras. UNESP, 2001.
- CHARAUDEAU, P. O discurso político. In: MACHADO, I.; MELLO, R. (Orgs.). **Gêneros: reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Fale-UFMG, 2004, p. 251-268.
- CORNILLIE, B. Evidentiality and epistemic modality. In: **Functions of Language**. Belgium: John Benjamins Publishing Company, 2009, p. 44-62.
- DALL’AGLIO-HATTNER, M. M. **Evidencialidade e modalidade: forma e função**. (Relatório de pesquisa). São Paulo: FAPESP, 2001.
- DALL’AGLIO-HATTNER, M. M. Propostas funcionalistas de análise linguística: uma abordagem discursivo-funcional da modalidade. In: VASCONCELOS, M. L. M. C.; BATISTA, R. O.;

¹¹ Cf. o original: “there is no reason to reduce the RC to a simple ‘contextual interpretation’ or to a ‘pragmatic inference’ (Anderson, 1986, p.274) or an ‘evidential strategy’ (Aikhenvald, 2004, p. 105-107)” (KRONNING, 2018, p.75)

- PEREIRA, H. B. (Org.). **Estudos linguísticos. Ficção, história, ensino**. 1ed. São Paulo: Mackenzie, 2017, v. 1, p. 13-26.
- DALL'AGLIO-HATTNER, M. M.. A expressão lexical da evidencialidade: reflexões sobre a dedução e a percepção de evento. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 8, p. 98-111, set. 2018.
- DENDALE, P. Le conditionnel de l'information incertaine: marqueur modal ou marqueur évidentiel?. In: HILTY, G. (Ed.). **Actes du XX Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes**, Université de Zurich (6-11 avril 1992), Tübingen, Francke Verlag, v.1, p.165-176, 1993.
- DENDALE, P. Les problèmes linguistiques du conditionnel français. In: DENDALE, P. TASMOWSKI, L. (Eds.). **Le conditionnel en français**. Metz, Université de Metz. 2001.
- DENDALE, P. Il serait à Paris en ce moment. Serait-il à Paris? A propos de deux emplois épistémiques du conditionnel. Grammaire, syntaxe, sémantique. In: CASTRO, C. A.; BANGO DE LA CAMPA, Fl.; DONAIRE, M. L. **Liens linguistiques**. Études sur la combinatoire et la hiérarchie des composants, Bern, Peter Lang, p. 291-317, 2010.
- DENDALE, P. Le conditionnel "journalistique", marqueur de modalisation en discours second: éléments d'archéologie grammaticale. In: BRANCA-ROSOFF, S. (Eds.). **L'hétérogène à l'œuvre dans la langue et les discours**. Hommage à Jacqueline Authier-Revuz, Paris, Lambert-Lucas, 2012, p.229-248.
- DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. Présentation. L'évidentialité ou le marquage des sources du savoir. **Langue française**. Paris, v.102, p.3-7, 1994.
- DIK, S. **Studies in functional grammar**. London: Academic Press, 1980.
- DIK, S. **The theory of functional grammar**. Part. I: The structure of the clause. Dordrecht: Foris Publications, 1989.
- FARACO, C. E.; MOURA, F. M. **Gramática**. 12.ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. **Functional Discourse Grammar**. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HENGEVELD, K.; DALL'AGLIO HATTNER, M. M. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. **Linguistics**, v.53, n.3, p. 479-524, 2015.
- HOFF, B. J. Evidentiality in the Carib: particles, affixes and a variant of Wackernagel's law. **Lingua**, Amsterdam, n. 69, p. 49-103, 1986.
- KRONNING, H. Le conditionnel épistémique: propriétés et fonctions discursives. In: **Langue française 173**. Armand Colin, 2012, p.83-97.
- KRONNING, H. Epistemic modality and evidentiality in Romance: the Reportative Conditional. In: GUENTCHÉVA, Z. (Ed.). **Epistemic Modalities and Evidentiality in Cross-Linguistic Perspective**. Berlin: Walter de Gruyter, 2018, p. 69-102
- LOURENÇO, F. P. C. **O condicional evidencial no gênero jornalístico**. Tese de Mestrado. UFSCar. 2016.
- MAINGUENEAU, D. Ethos, Cenografia, Incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no Discurso: a Construção do Ethos**. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 69-72.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MELLA, B. S. **O uso do condicional evidencial no gênero "discurso político" no português do Brasil**. Relatório Final de Iniciação Científica. PIBIC/UFSCar. 2020.
- OLIVEIRA, T. O futuro e o condicional como marcadores de mediativo. In: CORREA, N. C.; GONÇALVES, A. (Eds.). **Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística** (Coimbra, 2000). Lisboa: APL/Colibri, p.403-414, 2001.
- MELLA, B. S. **Valores de (inter)subjetividade na análise semântica: a marcação da distância**. Tese de doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 2013.
- PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- SQUARTINI, M. The internal structure of evidentiality in Romance. **Studies in Language**, v. 1.25(2), p. 297-334, 2001.

SQUARTINI, M. Lexical vs. grammatical evidentiality in French and Italian. In: **Linguistics**. Walter de Gruyter, 2008, p. 917-947.